

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL

Nº. 58 – JAN-MAR/2007

1. Doutrina Nacional

1.1 Devida hermenêutica constitucional – ANDRÉ DEL NEGRI

1.2 A constitucionalização do Direito do Trabalho: interpretação e aplicação das normas trabalhistas para a efetiva inter-relação dos interesses econômicos com o respeito a dignidade da pessoa humana – DINAURA GODINHO PIMENTEL GOMES

1.3 Eutanásia, ortotanásia e doação de órgãos – ELIZABETH MARIA DE MOURA

1.4 O Supremo tribunal Federal brasileiro e outros tribunais constitucionais sul-americanos: breve estudo comparado – FLÁVIO JOSÉ ROMAN

1.5 Aportes de Teoria Constitucional: uma abordagem sobre Constituição, Democracia e Jurisdição Constitucional – HELOISA DA SILVA KROL

1.6 O princípio da proporcionalidade e a Constituição como ordem concreta de valores – JOSÉ EMILIO MEDAUAR OMMATI

1.7 Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito (o triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil) – LUÍS ROBERTO BARROSO

1.8 Notas para a compreensão dos contencioso da apresentação ou registro das candidaturas das eleições políticas, sob o enfoque do ordenamentos jurídicos português e brasileiro – JACQUELINE SOPHIE FRASCATI

1.9 As agências Reguladoras e os princípios constitucionais – MARCOS JURUENA VILLELA SOUTO

1.10 Arguição de descumprimento de preceito fundamental como meio de defesa dos direitos humanos e o caso dos fetos anencéfalos – PATRÍCIA MARQUES FREITAS

2. Doutrina Internacional

2.1 A Carta Canadense de direitos e liberdades – ANA MARIA D'ÁVILA LOPES

2.2 Proteção dos Direitos Humanos por Organismos Internacionais. Controle e Coercibilidade: Tribunais Penais Internacionais – GISELE FERREIRA DE ARAÚJO

2.3 A autodeterminação dos povos e a defesa da paz. O “princípio da insegurança” (Rancière) e o Constitucionalismo Internacional – MARIA GARCIA

2.4 Historia e razão do paradigma vestefaliano – MARCILIO TOSCANO FRANCA FILHO

2.5 A (in) eficácia do § 3º, art. 5º da Constituição Federal como norma de integração dos direitos humanos provenientes de tratados internacionais – MICHELLI PFAFFENSELLER

3. JURISPRUDÊNCIA

3.1 Supremo Tribunal Federal

3.1.1 Supremo Tribunal Federal

Ação direta de inconstitucionalidade — Possibilidade jurídica do pedido — Ocorrência — Pleito de interpretação conforme — Admissibilidade, ante enfoque diverso que se mostre conflitante com a Constituição Federal; Ação direta de inconstitucionalidade — Direito à educação — Curso superior — Servidor público federal civil ou militar estudante — Transferência obrigatória de uma universidade para outra, em razão de remoção ou transferência do local da prestação do serviço público — Admissibilidade, desde que observada a natureza jurídica do estabelecimento educacional de origem — Impossibilidade de realização de transferência de instituição privada para pública — Interpretação do art. 1.º da Lei 9.536/97 — ADIn 3.324-7/DF — Sessão Plenária — STF — v.u. — rel. Min. Marco Aurélio

4. RESENHAS

4.1. Direitos *humanos* e o direito constitucional internacional. Flávia Piovesan. 7. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006 — resenha por - JOÃO CARLOS AZUMA

Chamada para o nº. 59

Teoria Geral da Justiça Constitucional – JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO